

Editorial

Servidores devem seguir mobilizados para assegurar novas vitórias em 2009!

O ano que findou (2008), embora não possa ser considerado repleto de conquistas e vitórias, possibilitou avanços na negociação com o governo, em diversos setores do serviço público federal. O empenho, a pressão dos servidores e de suas entidades representativas possibilitou a edição das MPs 431 e 441, depois convertidas, respectivamente, nas leis 11.784/08 e 11.907/09. Elas trouxeram em seu conteúdo ganhos significativos, seja devido à criação de novas tabelas salariais (algumas se estendem em reajustes até o ano de 2011), seja pelo estabelecimento de novas gratificações, há muito pleiteadas (a Gacem, por exemplo).

Também foi significativo o avanço conseguido pelo aumento do número de pontos para aposentados e pensionistas, saindo de 30 para 40 pontos em 2008, chegando a 50 em 2009 para algumas categorias – outras conseguindo, inclusive, avanços maiores. É importante destacar que nenhuma destas vitórias veio de graça. Foram dias e até meses de paralisação por parte de alguns órgãos e instituições, caravanas e marchas à Brasília, acampamentos, atos e manifestações nos estados e em Brasília, na Esplanada dos Ministérios, em frente ao Palácio da Alvorada, dentro e fora do Congresso Nacional. Reuniões e mais reuniões entre a nossa Confederação e o Governo Federal. Audiências com Ministros, audiências públicas, visitas a parlamentares... Em cada gabinete, deputado por deputado, senador por senador foi visitado por representantes (diretores, delegados, militantes) dos diversos sindicatos ligados à Condsef.

Em meio à participação de todas as entidades, orgulhosamente podemos destacar o papel desempenhado pelo Sintsep-GO. Com a participação massiva de seus filiados, em Goiás e fora do estado, esteve sempre na linha de frente das negociações ao longo de 2008. É essa base valorosa, vista nas manifestações de rua, e em todas as outras que se fizeram necessárias, que queremos agradecer e parabenizar! A disposição e a confiança destes trabalhadores é que fazem do Sintsep-GO uma entidade respeitada nacionalmente.

E são você, caros companheiros e companheiras, a quem novamente conclamamos. Temos que nos preparar para os embates que certamente vão ocorrer este ano. Contamos com todos vocês para participar de três eventos centrais para a nossa luta, já programados por nossas entidades (Condsef, CUT e outras) neste primeiro semestre de 2009:

17/03/2009

Ato Nacional em Defesa dos Aposentados e Pensionistas pela Paridade (Sintsep quer levar 400 companheiros(as) para o ato);

18/03/2009

Lançamento da Campanha Salarial (dos 400, cerca de 120 dos companheiros(as) permanecerão em Brasília);

19/03/2009

Plenária Nacional da Condsef - dos(as) 400 delegados(as), 17 eleitos vão participar (com diretores do Sintsep) da Plenária.



Sintsep e Secretário de RH do MPOG, Duvanier Ferreira, discutem situação de servidores da Funasa. Ajudaram a articular a reunião os deputados Pedro Wilson (PT-GO) e Mauro Rubem (PT-GO)

SERVIDORES DA FUNASA EM PAUTA

O Sintsep-GO esteve no Ministério do Planejamento, no último dia 17 de fevereiro, acompanhado pelo deputado federal Pedro Wilson e pelo deputado estadual Mauro Rubem, ambos do PT de Goiás.

Em conjunto com os parlamentares, o Sintsep foi recebido pelo secretário de Recursos Humanos, Duvanier Ferreira. A entidade busca solução para uma série de problemas que vêm prejudicando servidores da Fundação Nacional

de Saúde (Funasa). Os três pontos principais debatidos foram: a discussão sobre a situação dos cedidos e descentralizados para estados e municípios; os problemas no plano de saúde (Capesaúde) que atende aos servidores e os descontos indevidos nos contracheques de quem foi candidato nas eleições municipais de 2008.

A Condsef também participou da reunião, articulada pelo Sintsep-GO em parceria com os parlamentares goianos. **4**



INÉDITO

Estudo realizado pelo Dieese em parceria com Sintsep-GO revela precariedade no serviço público federal em Goiás. Órgãos do Executivo possuem menos da metade dos servidores necessários. **3**



INCRA

Durante o Fórum Social Mundial 2009, servidores realizaram Seminário Nacional e lançaram manifesto de repúdio à política fundiária do governo na Amazônia Legal. **2**

INCRA

Servidores realizam Seminário Nacional e lançam manifesto de repúdio à política fundiária do governo na Amazônia



Cerca de 100 servidores participaram, em Belém, de Seminário Nacional do Incra, que discutiu Reforma Agrária, a política fundiária na Amazônia e as alterações na legislação agrícola e fundiária brasileiras. O Sintsep enviou, como representante de Goiás, a servidora Maria Cleuza Carneiro (abaixo, no canto à direita).

Cerca de 100 servidores, de 17 superintendências regionais, participaram do I Seminário Nacional dos Servidores do Incra, que ocorreu paralelo às atividades do Fórum Social Mundial 2009, em Belém (Pará). O principal resultado do seminário foi a elaboração de um manifesto de repúdio a todas as ações do governo que tem atentado contra a continuidade e a missão do Incra – entre elas a atual proposta de regularização fundiária da Amazônia, que sugere, inclusive, a criação de um novo organismo (agência) para gerenciar sua execução. Os servidores aproveitaram também para marcar a realização de um novo seminário nacional, que irá discutir as políticas agrária e ambiental brasileiras, no início de março em Brasília. O evento deverá contar com o apoio do Sintsep-GO, da Condsef, do Ibama, da Embrapa e da CNBB, além das Entidades do Fórum Nacional pela Reforma Agrária.

Durante a atividade, o diretor de Gestão Estratégica do Incra, Roberto Kiel, resgatou de todo o processo de articulação dentro do governo referente à proposta de regularização fundiária na Amazônia. Ele esclareceu que o modelo de regularização fundiária é o mesmo apresentado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em parceria com o Incra (“Projeto Terra Leal”). Kiel afirmou que, embora a atual decisão do governo seja a de manter o Incra como executor da política agrária na Amazônia, a idéia de se criar um novo órgão (agência executiva) para isso ainda persiste. “O governo, formalmente, parece que recuou da idéia de criar essa agência. Mas os servidores devem ficar atentos, porque

pode ser apenas uma jogada para desviar o foco das atenções”, afirmou a servidora do Incra e representante do Sintsep-GO no evento, Maria Cleuza Carneiro.

Mesmo mantendo o Incra como executor da política fundiária na Amazônia, o órgão perdeu terreno na parte de planejamento e o

Confira abaixo um resumo do que foi aprovado no Seminário Nacional do Incra:

- 1- Rejeição da proposta de regularização fundiária nos moldes apresentados pelo Governo;
- 2- Realização de um Seminário Nacional sobre as Políticas Agrária e Ambiental, no início de março, em Brasília;
- 3- Mobilização dos servidores contra a falta de ética dentro do Governo;
- 4- Avaliar a possibilidade de realizar paralisações contra o avanço dessa proposta;
- 5- Encaminhamento de ADIN's contra: a Lei de Concessão de Florestas Públicas e a MP 422 – já convertida em lei, que eleva para 15 Módulos Fiscais as áreas objeto de regularização fundiária – além das alterações relativas à legislação agrária e ambiental, que estão por vir.
- 6- Aprovação do Manifesto dos Servidores, que resume as preocupações com o atual momento, que foi distribuído inicialmente no Fórum Social Mundial 2009.

planejamento e decisão das ações: o monitoramento ficará a cargo da Casa Civil, e a gestão da política (bem como as decisões) ficarão com o MDA.

“Reforma Agrária no Brasil é inexistente”, afirmam debatedores

Os debatedores Gerson Teixeira (da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA), Ariovaldo Umbelino e Maurício Torres (professores da Uni-

versidade de São Paulo – USP) e o ex-Secretário de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável do Ministério do Meio ambiente (também professor da Universidade Federal do Mato Grosso), Gilney Viana, admitiram a inexistência, até hoje, de uma verdadeira reforma agrária no país.

Eles externaram suas preocupações com o modelo de regularização fundiária que o Governo está apresentando para a Amazônia, em desacordo com os objetivos de uma reforma agrária. “Há o agravante de estarem contemplando médias ocupações que, a rigor, não deveriam ser regularizadas. Além disso, a política prevê a regularização de pequenas áreas sem a devida vitória”, disseram. Segundo eles, o conceito de reforma agrária é o da obtenção de terras via desapropriação, conforme consta no Estatuto da Terra, uma vez que essa atitude é o que permite modificar a estrutura fundiária do País.

Osmarino Amâncio Rodrigues, representante do Movimento dos Seringueiros da Região Norte, companheiro de Chico Mendes e militante do MTL no Acre, fez severas críticas ao governo, mostrando descontentamento e decepção com relação às modificações anunciadas em termos de legislação agrária e agrícola. Para ele, são mudanças que acentuam os danos ambientais, as desigualdades sociais e econômicas que já preponderam nos estados da Amazônia Legal.

IRFAM

Sintsep-GO, Condsef e servidores buscam apoio para derrubar MP 458

Publicada no Diário Oficial da União (DOU) do último dia 11, a medida provisória (MP) 458 preocupa o Sintsep-GO, a Condsef e os servidores do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). A MP propõe a criação do Instituto de Regularização Fundiária da Amazônia Legal (Irfam) e prevê alterações na política de regularização fundiária da região, que ocupa mais de 60% do território nacional. Por ser um assunto polêmico, sempre foi defendida a realização de audiências públicas para discutir em profundidade a situação. No entanto, ao invés de debater com a sociedade, o governo preferiu publicar a MP. O Sintsep-GO, a Condsef e os servidores do Incra buscam agora apoio no Congresso Nacional para frear a aprovação da medida.

Com o objetivo de solicitar a realização de uma audiência pública urgente, Sintsep-GO e Condsef já entraram em contato com diversos parlamentares da frente em defesa dos servidores públicos. “A regulamentação das terras na Amazônia Legal não envolve apenas questões burocráticas de servidores. Trata-se de um assunto estratégico, de interesse nacional, que envolve nossas maiores riquezas. O governo Lula, em relação à Amazônia, pode estar lesando todos os brasileiros, como fez o governo FHC, que praticamente doou para a iniciativa privada grandes e lucrativas empresas nacionais como a Vale, a Telebrás, a CSN e muitas outras”, avalia o presidente do Sintsep-GO, Ademar Rodrigues.

Os riscos de se dividir o Incra

A proposta de criação do Irfam, defendida pelo ministro da Secretaria de Ação Estratégica (SAE), Mangabeira Unger, - o capataz neoliberal do governo Lula - pode favorecer segmentos ligados ao agro-negócio, madeireiras e empresas de exploração mineral. Estão envolvidos nove estados da Federação que reúnem grande parte dos reservatórios de água potável do planeta. Nessa parte do Brasil estão concentrados os principais recursos que interessam a forças econômicas internacionais.

Para o Sintsep-GO, a elaboração e a execução de uma política fundiária na Amazônia Legal passa, obrigatoriamente, por investimentos na reestruturação do Incra - órgão no Brasil com maior acúmulo de experiência e de iniciativas nesta área - valorizando e ampliando seu quadro de servidores efetivos, dando condições para que o órgão atue, de fato, na mudança da realidade fundiária brasileira.

EXPEDIENTE

Editado sob responsabilidade da Diretoria Executiva: Presidente: Ademar Rodrigues de Souza; Vice Presidente: Izaurina Gomes Pinheiro; Secretário Geral: Vicente Gonçalves Ribeiro; Secretaria de Finanças: Fátima Maria de Deus; Secretaria de Organização: Marlon Ayres Cunha; Secretaria de Imprensa, Comunicação e Promoção: Juarez Cavalcante de Albuquerque; Secretaria de Formação Sindical e Sindicalização: Márcia Jorge; Secretaria de Estudos Sócio Econômicos: José João Batista; Secretaria de Aposentados e Pensionistas e acumulando Secretaria de Assuntos Jurídicos: Gilson de Oliveira Filho; Secretaria de Apoio ao Pessoal do Interior: Vilmar Martins da Silva; Secretaria de Articulação, Movimentos Populares e Estudantis: José Agamenon Borges da Fonseca. Suplentes da Diretoria Executiva: Antonio Augusto Silva; Deusina Azevedo Soares; Jose Pereira da Silva; Maria da Graça Vieira de Almeida; Pedro Gonçalves de Andrade; Raimundo Nonato de Miranda; Tarquinho Silvestre de Souza; Umberto Braz Rodrigues; Waiane Eleine de Moraes dos Santos; Zenita Clarinda da Silva. Conselho Fiscal: Cleusa Fátima Batista; Deuselene Ramos de Moraes; João Gomes da Silva. Suplentes do Conselho Fiscal: Antonio César Elias Cardoso; Jossair Rodrigues da Silva; Vera Aparecida Danella. Jornalista responsável: Rodrigo N. Leles (GO 1224-JP). Impressão: L.L. Gráfica e Editora Ltda. Tiragem: 5.000 exemplares.

INÉDITO

ESTUDO ENCOMENDADO PELO SINTSEP-GO AO DIEESE REVELA:

- **Mais de 40% do contingente de servidores federais em Goiás é de aposentados.**
- **Dos ativos, mais da metade se encontra com mais de 45 anos de idade.**
- **Estado possui menor índice da região Centro-Oeste na proporção “Servidores por População”:** apenas 0,2%.
- **Há 10 anos, para se manter todos os serviços públicos federais em Goiás, havia necessidade de, pelo menos, 21.200 trabalhadores. Contingente atual mal chega a 12 mil servidores.**

Estudo realizado pelo Dieese em parceria com o Sintsep-GO desmascara as mentiras que o governo conta e a sociedade acredita

Um estudo, fruto da parceria entre o Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal em Goiás (Sintsep-GO) e o Dieese (Departamento Intersindical de Estudos Sócio-Econômicos), feito no início de 2009, traz uma radiografia da situação do funcionalismo público federal em Goiás. Os resultados revelam a impressionante escassez de servidores federais no estado.

Para se ter uma idéia, Goiás – que por meio de suas várias superintendências, empresas públicas e autarquias – gerencia parte da execução e da prestação de serviços públicos em todo Centro-Oeste, possui apenas 0,2 servidores públicos por habitante. É o menor índice da região, e um dos menores do país – perdendo apenas para alguns estados do norte e nordeste. “Em outras palavras, o nível de precariedade no serviço público federal – no poder que presta os serviços diretos à população, ou seja, o Executivo – já atingiu níveis alarmantes em Goiás”, sentencia Ademar Rodrigues, presidente do Sintsep.

“Um exemplo clássico disso é o Incra. O órgão, que já chegou a ter, na década de 80, mais de 12 mil servidores em todo o país, possui hoje pouco mais de cinco mil. Destes, mais ou menos 200 trabalhadores para desenvolver ações em todo o estado de Goiás”, complementa o sindicalista.

Outro dado que o estudo revela é um setor público cuja mão de obra está envelhecida. Em média, dos 21.184 servidores lotados em Goiás, mais de



A economista do Dieese, Leila Brito, apresenta estudo ao presidente do Sintsep-GO, Ademar Rodrigues

40% já se aposentou. A média de idade dos que ainda estão na ativa varia entre 45 (mulheres) e 47 anos (homens). “Um quadro que a cada ano se fragiliza mais. Nessa perspectiva, em 10 ou 15 anos, esses servidores também deverão estar aposentados”, aponta a economista do Dieese e responsável pelo estudo, Leila Brito.

Há cerca de 10 anos, a estrutura de órgãos federais em Goiás exigia um quadro de, no mínimo, 22 mil servidores públicos. Dez anos depois, as demandas se multiplicaram. Os recursos humanos, no entanto, diminuíram drasticamente. “São apenas 12 mil e sete servidores. Um número que, se há dez anos, se mostrava baixo, hoje então

nem se fala”, avalia Leila.

Segundo dados da Condsef, apenas o Executivo apresenta hoje, em nível nacional, uma demanda de 183 mil servidores públicos. O déficit – que era ainda maior – foi reduzido em parte no governo Lula, que realizou entre 2003 e 2008, concurso para 117 mil vagas no Executivo.

A frase dita pelo presidente do Sintsep-GO resume um pouco as várias conclusões que o estudo revela. “Estamos

vendo, na prática, o desmonte lento e gradual do Estado. Sem investimento em recursos humanos e estrutura, numa conjuntura que tenta a todo custo implantar projetos de congelamento do setor público – como o PLP 01 – e estimula o desenvolvimento de estruturas privadas paralelas (fundações e ONGs – PLP 92) para gerenciar políticas públicas que deveriam ser garantidas pelo poder público, é impossível que os órgãos cumpram suas missões, e prestem serviços de qualidade à população nessas condições”, explica Ademar.

“É por isso que não adianta termos um governo dirigido por um trabalhador, se o modelo seguido vai justamente contra a classe trabalhadora, e contra os interesses da sociedade brasileira. Este estudo apenas reforça que o Sintsep-GO está no caminho certo, quando defende uma política de desenvolvimento nacional fundamentada no interesse dos brasileiros, e não em interesses estrangeiros. E todos aqueles que compram esse discurso, de ineficiência

do serviço público – sem analisar os fatores e os interesses que há por trás disso – estão contribuindo com todo o processo mundial de desregulamentação do trabalho... estão

ajudando a entregar nosso país, de bandeja, ao capital internacional”, finaliza o presidente.

“A adoção do modelo neoliberal determina que o poder público seja planejado para não funcionar” (Ademar)

RELAÇÃO ENTRE O QUANTITATIVO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS CIVIS ATIVOS DO PODER EXECUTIVO (OUTUBRO DE 2008)

REGIÃO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO	QUANTIDADE	PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS SERVIDORES CIVIS (%)	
		SOBRE O TOTAL DE SERVIDORES PÚBLICOS	SOBRE A POP. DA REGIÃO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO*
Centro-Oeste	80.874	15,1	0,7
Distrito Federal	52.636	9,8	2,6
Goiás	12.007	2,2	0,2
Mato Grosso	8.209	1,5	0,3
Mato Grosso do Sul	8.022	1,5	0,4
Brasil	536.118	100	0,3

Fonte: RSH / MPOG / Dieese

*Censo do IBGE de 2000

Diretores do Sintsep-GO e deputados do PT de Goiás, Pedro Wilson e Mauro Rubem, se reúnem com Secretário de Recursos Humanos do Planejamento

Articulação entre Sintsep-GO, deputado federal Pedro Wilson (PT-GO) e deputado estadual Mauro Rubem (PT-GO) viabiliza reunião com Duvanier Ferreira para discutir situação dos servidores da Funasa

O Sintsep-GO, junto com a Condsef, foi ao Ministério do Planejamento no último dia 17 acompanhada pelo deputado federal Pedro Wilson (PT-GO) e pelo deputado estadual Mauro Rubem (PT-GO). Em conjunto com os parlamentares, o Sintsep foi recebido pelo secretário de Recursos Humanos, Duvanier Ferreira. A entidade busca solução para uma série de problemas que vêm prejudicando servidores da Fundação Nacional de Saúde (Funasa). Três pontos principais foram debatidos: a discussão sobre a situação dos cedidos e descentralizados para estados e municípios; problemas no plano de saúde (Capesaúde) que atende os servidores e descontos indevidos nos contracheques de quem foi candidato nas eleições municipais de 2008.

As entidades apresentaram ao secretário de RH um histórico que mostra decisão do Tribunal de Contas da União (TCU) favorável aos servidores cedidos e descentralizados da Funasa. O acórdão 668, de abril do ano passado, recomendava transferência dos servidores do quadro da Funasa que atuam no combate e controle de endemias para o quadro de vigilância em Saúde.

Na época, o TCU deu prazo de 90 dias para que a Funasa e o Ministério da Saúde (MS) adotassem as providências necessárias. Até hoje, nada foi feito para dar solução definitiva ao problema que coloca mais de 33 mil trabalhadores em desvantagem e sem defini-



Reunião entre Sintsep-GO, deputado estadual Mauro Rubem (à esquerda), deputado Federal Pedro Wilson (à direita) e Secretário de Recursos Humanos do MPOG para discutir situação dos servidores da Funasa

ção de suas atribuições e funções.

Carreira prejudicada

O problema se arrasta desde 2003 e também prejudica o debate que envolve a reestruturação de carreira para o setor da Previdência, Saúde e Trabalho, incluindo Funasa. A elaboração de um Plano de Carreira para o setor não evolui se não for apresentada solução para a situação dos cedidos e descentralizados.

Para buscar um entendimento, a direção do Sintsep (representada pelos companheiros Ademar, Vicente e Humberto) sugeriu a criação de um grupo de trabalho (GT) envolvendo técnicos do Planejamento, Funasa, MS, Condsef e demais entidades represen-

tativas da categoria. Duvanier solicitou que a Condsef prepare um documento apresentando ao Planejamento detalhes da situação. A entidade deve entregar o documento ainda em fevereiro.

Capesaúde

Outra pendência discutida na reunião foram os problemas que se acumulam e envolvem o plano Capesaúde, que atende servidores da Funasa e seus familiares. Muitas reclamações - inclusive de descontos indevidos no contracheque - têm chegado diariamente ao Sintsep e à Condsef.

Sobre o problema, o secretário de RH explicou que a partir deste mês a situação deve ser normalizada. O Planejamento fará contato com operadoras

de saúde para discutir problemas que estão cada dia ganhando maior volume.

Os servidores voltaram a cobrar uma reunião - solicitada desde o ano passado - com gestores da Geap e Capesaúde, principais planos que atendem a maioria dos servidores do Executivo. Duvanier informou que prefere se reunir primeiro com representantes dos servidores para obter detalhes das reclamações. Só depois, o Planejamento teria reunião separada com os gestores dos planos para tratar dos problemas levantados.

Candidatos a eleições municipais

Foi solicitada também solução para descontos feitos nos contracheques de servidores que tiraram licença em 2008 para concorrer a eleições municipais. A Condsef acredita que os descontos promovidos pela Funasa foram indevidos, já que a licença de 90 dias para servidores, que foram candidatos, é considerada de efetivo exercício.

O Planejamento informou que a situação está sendo analisada por sua Coordenação-Geral de Elaboração, Sistematização e Aplicação de Normas. Duvanier acredita que ainda em fevereiro pode dar uma resposta definitiva à Condsef sobre o problema que atingiu diversos servidores da Funasa. As entidades voltarão a falar com o Planejamento para saber qual solução será dada para este caso.

RÁPIDAS

Ações na Justiça: Sintsep-GO apresenta números vitoriosos

O investimento na área jurídica do Sintsep/GO tem gerado resultados positivos para os filiados. Confira os números:

-GDATA: 65 filiados(as) já receberam na Justiça no período 2007/2008.

-GDASST: 65 filiados(as) confiam no Sintsep-GO e deram entrada na Ação.

-GDARA: 53 ações aguardam julgamento final no STF.

-28,86%: 205 servidores(as) da Funasa e Funai receberam por RPV. Vinte e dois (22) servidores(as) da Funasa e Funai receberam por precatórios.

Percebendo a eficiência do Sintsep-GO, muitos filiados e filiadas - que estavam afastados - tem buscado novamente o amparo jurídico do sindicato. Não perca tempo, e venha você também!

GDASST: STF concede reajuste a servidor aposentado

Aposentados e pensionistas da área da seguridade social - que inclui a Saúde, Previdência, Assistência Social, Trabalho e Funasa - têm direito a receber a Gratificação de Atividade de Seguridade Social e do Trabalho

(GDASST), que é paga a servidores ativos. A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) é retroativa a 1º de maio de 2004, deve atingir cerca de um terço dos inativos da União.

O MPOG e a Advocacia-Geral da União não informaram sobre a abrangência da decisão do Supremo. Ainda cabe recurso, mas apenas prolatórios. A assessoria de imprensa do STF explicou que, com a decisão, qualquer ação semelhante que chegar a um tribunal de alçada inferior terá o mesmo acolhimento. Com base nos dados disponíveis no site do Planejamento, poderão ser beneficiados cerca de 200 mil aposentados e pensionistas de um total de 613 mil inativos do poder executivo. Para mais informações, procure a Assessoria Jurídica do Sintsep-GO.

Contra desmonte da Funasa

Sintsep-GO consegue marcar audiência com relator do PL 3.958 (retirada de atribuições da Funasa), deputado Jovair Arantes (PTB-GO) neste mês de março. Fique atento: desdobramentos a conferir...

Luta para garantir integralidade a aposentados por invalidez

Servidores de todo o Brasil

devem lutar pela aprovação da PEC 270/08, que prevê que aposentados por invalidez tenham assegurados proventos integrais e garantidos benefícios adquiridos pela carreira em que atuavam. Caso seja aprovada, para se ter direito à integralidade os servidores devem ter ingressado no serviço público até 16/12/98.

Sintsep-GO é titular no Conselho Estadual de Saúde de Goiás

No último dia 12, o Sintsep participou da plenária que definiu as entidades componentes do Conselho Estadual de Saúde no quadriênio 2009/2012. De última hora, a entidade passou de participante a uma das coordenadoras do processo. O presidente Ademar Rodrigues comandou a mesa que aprovou o Regimento Interno das eleições. O resultado das eleições confirmou o Sintsep-GO entre as dez entidades titulares no Conselho.

Licença Prêmio x Abono de permanência

Servidores, que possuem tempo insalubre - que esta sendo contado, ou foi contado para efeito de aposentadoria - têm questionado se é possível, depois da contagem deste tempo,

“desaverbar” a Licença Prêmio. A informação obtida pelo Sintsep-GO junto à Colep/Funasa foi de que está sendo elaborado um memorando pelo MPOG que deverá esclarecer o assunto. Enquanto isso, quem quiser fazer seus requerimentos, deve encaminhar para os respectivos RH's.

Planos de Saúde 1

A direção do Sintsep-GO solicitou à Capesaúde que esclareça como funciona o sistema de complementação de aposentadoria compulsória do plano. A dúvida dos dirigentes sindicais é de que forma ocorre essa “complementação”, já que após a aposentadoria compulsória (neste caso, proporcional por idade) o servidor deixa o Regime Próprio de Previdência Social e migra para o Regime Geral de Previdência Social. A Capesaúde deve elaborar uma nota explicativa sobre o assunto.

Planos de Saúde 2

Servidores querem que Justiça anule de aumentos na Geap para planos de saúde. As entidades que representam os servidores cobram a convocação de uma reunião solicitada - desde o ano passado - no Ministério do Planejamento.